



Moção

Eólicas assim, não!

Com a publicação do Despacho n.º 11404/2022, de 23 de setembro, foi dado início a um processo de consulta pública de propostas de novas áreas de implantação para energias renováveis *offshore*, já consolidadas por parte do Governo e com benefício para o setor energético.

Desde do primeiro momento, diferentes forças do concelho de Caminha, políticas, associativas profissionais e outras, a par do resto do país, alertaram para as singularidades deste negócio, que aponta para os 30 mil milhões de euros de investimento neste programa, aportando, forçosamente uma enorme subsidiação pública. Os efeitos do aumento da potência eólica *offshore* instalada em cerca de 33,3 vezes o valor previsto no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), passando de 0,3 GW para 10 GW, são inegáveis, no que ao reforço de redes de distribuição e transporte de eletricidade diz respeito, colocando-se legítimas preocupações quanto ao impacto deste investimento nos preços da eletricidade, reforçando, uma vez mais, a contestação das populações mais afetadas, como as do município de Caminha. Mas os alertas foram também para as repercussões socioeconómicas, tendo em conta a parcela do investimentos que passará pela importação face à real possibilidade de incorporação de produção nacional, com benefícios para socioeconomia local/regional e nacional, como seria a potencialização dos recursos, capacidades produtivas e trabalho da região onde, territorialmente, se insere o Concelho de Caminha, e, uma vez mais, sem que se identifiquem os reflexos que haverá nos preços/tarifas para os consumidores de eletricidade. Somam-se aos alertas o impacto das infraestruturas, dos cabos submarinos e dos equipamentos sobre o meio natural envolvente, tendo em consideração a Rede Natura e os Sítios de Importância Comunitária, bem como sobre a atividade piscatória e outras que envolvam deslocação de embarcações, enfatizando-se as preocupações acrescidas dos profissionais da pesca, numa área de território fundamental para a afirmação marítima do nosso país, como é o seu limite raiano a Norte.

Com estas e outras questões que se trazem à liça, fica claro que a discussão pública sobre as áreas de implantação para energias renováveis *offshore*, só pode ter sido um ato simulado. O Governo anunciou a “Proposta preliminar das áreas especializadas e dos pontos para a ligação à Rede Nacional de Transporte de Eletricidade” que prevê a ocupação de três mil quilómetros quadrados na faixa costeira, colidindo com os principais pesqueiros nacionais. Face à

contestação e sucessivos pedidos de audição, o Governo dança a ronda dos esclarecimentos, à porta entreaberta, como no passado mês de maio, em Caminha, aligeirando cedências e acomodando as reivindicações nas intenções que mantém. Aliás, reduções de 100 km² não impactam nas decisões prévias do Governo e são ilusórias ao setor das pescas, porquanto a sobreexploração das áreas desafetadas restringe a rentabilidade deste setor estratégico para o país, em geral, e para a região, de forma particular. A compensação é outra forma tentada de aligeirar e resolver a falta de diálogo prévio e a ausência de participação na construção de uma solução eólica, mesmo *offshore*, que sirva os interesses do país. O Governo não pode ignorar que a ocupação de três mil quilómetros quadrados na faixa costeira, colide com os principais pesqueiros nacionais, e que o resultado é a destruição, a breve trecho, do setor.

Saúda-se, a par do posicionamento claro dos representantes políticos locais colocados ao lado da sua população, a capacidade, determinação e influência do movimento associativo na justa defesa dos seus interesses, que são os interesses de Caminha, da Região e do País. Mas não é reconhecendo o esforço coletivo de profissionais da pesca e de outros, em defesa do mar, das suas potencialidades e sustentabilidade, que se eclipsa um processo que nasceu de costas voltadas para a população. Até no plano Europeu, as recomendações passam pela necessária visibilidade dos pescadores no que respeita à dimensão do desenvolvimento das eólicas *offshore*, como defende o Conselho Consultivo Regional Sul, ao reconhecer que os pescadores europeus devem ser considerados e reconhecidos como defensores do mar, desempenhando um papel fundamental na realização dos objetivos fixados no quadro das diferentes estratégias do Pacto Ecológico Europeu. Não se opondo à instalação de parques eólicos, este Conselho Consultivo é contrário à instalação de parques eólicos ou outros equipamentos, em zonas de pesca, dando força a que este processo jamais deveria ter o percurso de decisões que tomou em Portugal, com efeitos também no concelho de Caminha.

O Governo sabe que não pode ignorar o interesse nacional! Desde logo, não pode colocar o País e os recursos do Povo português, ao serviço do lucro de multinacionais energéticas, como o que pretende com a instalação e produção de eletricidade eólica *offshore* em escala que não salvaguarda o ambiente e o interesse nacional, a promoção da redução dos custos da eletricidade disponibilizada ao consumidor final e a garantia da máxima incorporação nacional em toda a fileira produtiva de bens, equipamentos e infraestruturas eletromecânicas a construir e a instalar. Mas o Governo sabe igualmente que avançar ao arrepio das vontades da população e dos setores produtivos estratégicos do país e das regiões, é atentar contra a soberania nacional, do que poderá ser exemplo o resultado do brutal impacto que este projeto terá no sector da Pesca.

E a verdade é que o projeto nasce sem que o Governo tenha promovido quaisquer estudos sobre o impacto desta atividade na Pesca e sem saber sequer da real consequência da instalação pré-existente no distrito de Viana do Castelo, nem ouviu as preocupações das

organizações de pescadores e produtores no tempo que devia. O Governo não pode, por isso, pretender agora financiar a destruição do setor, reconhecida que é a Pesca não só pelo seu contributo para a produção nacional de alimentos como também como atividade central de inúmeras comunidades piscatórias, entre as quais, a nossa, que devem ser vistas como elementos imprescindíveis para a exploração equilibrada de todos os recursos marítimos. Nem tudo é negociável, e só um recomeço do processo, enquanto é tempo, evitará o vaticínio popular de que “o que nasce torna, tarde ou nunca se endireita!”.

Assim, **considerando**:

1. O papel interventivo do município no plano de afetação, no seio do conselho intermunicipal;
2. Que é o próprio Governo a reconhecer o interesse em ouvir os setores, tomando nota dos possíveis impactos e atendendo às reivindicações;
3. Que o programa procede a uma nova transferência de recursos públicos para os grupos económicos privados sem garantias de descida dos preços da eletricidade ou quaisquer outras;
4. Que a implementação deste plano contribui para agravar o conjunto dos défices nacionais, designadamente o alimentar;
5. Que o programa representa um novo e grave ataque às potencialidades da Pesca e ao futuro do sector na região;
6. Que o programa eólico *offshore* que o Governo anunciou, tal como está, não serve o interesse nacional;
7. Que esta é uma matéria que une todo o concelho de Caminha na defesa do seu território e no seu compromisso de defesa dos interesses nacionais.

A Assembleia Municipal de Caminha, reunida a 29 de junho de 2023, **delibera**:

1. Exigir do Governo a suspensão do processo em curso e a sua reponderação de modo a assegurar que o aproveitamento do potencial de produção de eletricidade em eólica *offshore* no espaço marítimo português esteja subordinado ao interesse nacional, no qual se incluem o espaço marítimo e o interesse da nossa comunidade.

Caminha, 29 de junho de 2023

A presente moção deverá ser enviada para:

Câmara Municipal de Caminha

Grupos parlamentares representados na Assembleia da República;

Exmo. Sr. Secretário de Estado do Mar

